



Elevação tarifária da importação de 30 produtos químicos é importante vitória do setor

Camex aprova o aumento tarifário de importação de 30 produtos químicos que geravam um desequilíbrio de competitividade para a indústria química nacional

Dia 18 de setembro foi aprovada em reunião da Câmara de Comércio Exterior – Camex, a modificação tarifária de 30 produtos do segmento industrial químico, sendo 29 destes resultantes de um pleito da Abiquim – Associação Brasileira da Indústria Química em conjunto com diversas entidades patronais, entre estas o Siquirj e a Firjan.

Inicialmente, o pleito propunha o aumento de impostos de entrada no Brasil de 63 produtos químicos, através de suas inserções na Lista de Elevações Transitórias da Tarifa Externa Comum do Mercosul para compensar parcialmente os desequilíbrios de competitividade das matérias-primas na Ásia em relação ao Brasil. Desequilíbrio este que tem gerado demissões e até mesmo o

fechamento de algumas fábricas no país.

Esta atuação, junto ao MDIC, através da Camex, tem sido acompanhada pelo Siquirj, Firjan e outras entidades patronais nos últimos meses em encontros onde tem sido debatido as estratégias de desenvolvimento deste pleito, parcialmente aprovado pelo governo nesta última decisão. Com esta aprovação, boa parte das alíquotas, com as devidas variações passará de 10,8% ou 12,6% para 20%. Elas vão permanecer nesse patamar por um período de 12 meses.

Esta medida é um passo importante na retomada da competitividade do setor industrial químico, mas que por si só não resolverá a situação preocupante, necessitando de maiores atuações complementares, constantes e reestruturantes para um resultado concreto de desenvolvimento da química. Diante disto, o Siquirj permanece na luta pela defesa dos interesses do segmento industrial químico.

Gás natural é pauta de reunião entre Abiquim e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, em Brasília

Com o objetivo de discutir sobre o gás natural no âmbito do Programa Gás para Empregar, além da consulta pública para a especificação deste insumo que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) está desenvolvendo, a Abiquim esteve na sede do órgão regulador, em Brasília, na última quarta-feira, dia 18.

Durante o encontro, além dos aspectos de competitividade que envolvem o gás natural na indústria química, a Abiquim chamou a atenção para a relevância da composição do gás natural fornecido às plantas produtivas, o que configura uma importante condicionante à efetividade e continuidade da produção do setor químico, visto que sua oscilação traz danos aos processos produtivos que, em sua maioria, acontece em regimes de operação contínua. Quanto mais estável é a composição do gás

fornecido, sem oscilações dos componentes que integram o gás, melhor para as reações químicas. Nesse sentido, a Abiquim deu um panorama do cenário que envolve alterações na composição do gás, bem como seus impactos, além de sugerir e propostas de curto prazo para as Rotas 1 e 3, mediante estudos realizados.

Pela ANP, participaram do encontro: Fernando Moura, diretor, e Patricia Brunale, especialista em Regulação. Pela Abiquim, André Passos Cordeiro, presidente-executivo; Fátima Giovanna Coviello Ferreira, diretora de Economia e Estatística; e Marcelo Pimentel, gerente de Relações Institucionais; além de Bernardo Novis e Núbia Batista, respectivamente diretor de Matérias-Primas e executiva da área de Relações Institucionais da Braskem, empresa associada da Associação. Ainda estão previstas novas reuniões com a ANP para avançar no tema.nomia coletiva nas negociações.

Fonte: Abiquim

SIQUIRJ INFORMA

Nº 268

Set/2024

Editorial

Mais um respiro para a Indústria Química Nacional

Nesta segunda quinzena de setembro o setor industrial químico teve algumas boas notícias que podem significar um verdadeiro respiro para que o segmento continue sobrevivendo frente às importações de países asiáticos e uma delas foi a inclusão de importantes produtos químicos na lista de modificação tarifária, elevando, na prática, as alíquotas de importações desses produtos para aproximadamente 20%.

Apesar da insatisfação de setores da área de transformação com o aumento desses impostos, o pleito contou com um importante apoio de Federações como a Firjan, no estado do Rio de Janeiro, FIEB, da Bahia, FIEA, de Alagoas e FIERGS, do Rio Grande do Sul que, juntamente do SIQUIRJ, Abiquim e outras entidades sindicais e civis, sensibilizaram o Governo Federal, mais precisamente a CAMEX, pela aprovação do pleito. É evidente que por si só a medida não será suficiente para reverter o estado atual do setor, mas é uma conquista relevante e que dá tempo de sobrevivência até que medidas mais estruturantes sejam tomadas.

Além desta relevante vitória também tivemos a informação, através da Presidente Magda Chambriand, de que a Petrobras trará sim mais gás para a Costa. Na ocasião, em encontro realizado juntamente do Presidente Eleito da Firjan, Luiz Césio Caetano, no *Rio Oil and Gas*, Magda elencou os desafios que encontrou envolvendo reinjeção e exportação de gás natural nas plataformas encomendadas pela companhia, mas afirmou que, apesar das dificuldades, é uma certeza de que mais gás será trazido para a Costa, restando apenas que haja consumidores interessados e preparados em adquirir este insumo na outra ponta, mantendo o melhor equilíbrio do mercado.

De modo geral, o Siquirj se mantém relativamente otimista que de fato esta é uma oportunidade de uma guinada de recuperação do setor, desde que não se perca o *timing* da realização de outras importantes medidas em pontos de atenção que, em conjunto, possuem capacidade de verdadeiramente mudar o futuro da indústria química para melhor. Permanecemos, portanto, na luta!

Firjan defende manutenção de comum acordo para instauração de dissídio coletivo

Com o objetivo de preservar a exigência do "comum acordo" entre sindicatos patronais e laborais para a instauração de dissídios coletivos de trabalho, a Firjan ingressou como amicus curiae, ou "amigo da corte", em uma ação que discute o tema no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Por meio dessa atuação, a federação pôde apresentar argumentos e fornecer subsídios que embasam sua posição contrária à flexibilização do artigo 114, §2º, da Constituição Federal de 1988.

A atuação da Firjan responde à consulta aberta pelo ministro Maurício Godinho Delgado, do TST, sobre essa exigência. De acordo com a Constituição Federal, o dissídio coletivo só pode ser instaurado se ambas as partes concordarem com a judicialização do conflito.

O edital aberto pelo ministro concedeu um prazo de 15 dias, já encerrado, para que pessoas, órgãos e entidades interessadas se manifestassem sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº IRDR-1000907-30.2023.5.00.0000, que trata da seguinte questão de direito: "A recusa arbitrária do sindicato empresarial ou membro da categoria econômica em participar de uma negociação coletiva viola a boa-fé objetiva e tal recusa configura o comum acordo tácito para a instauração de Dissídio Coletivo de Natureza Econômica?"

O dissídio coletivo é uma ação judicial proposta pelos sindicatos perante a Justiça do Trabalho para mediar ou resolver impasses nas negociações coletivas, como reajustes salariais, condições de trabalho e benefícios. Esse mecanismo é acionado quando as partes não conseguem chegar a um consenso por meio da negociação direta, solicitando assim a intervenção do Judiciário para definir os termos a serem aplicados.

Para a Firjan, a exigência de anuência expressa é essencial para garantir a autonomia das negociações coletivas. Esse entendimento impede que a Justiça do Trabalho intervenha automaticamente, sem o consentimento formal das partes envolvidas. Essa medida reforça a segurança jurídica nas relações de trabalho e assegura que os impasses sejam solucionados prioritariamente no âmbito negocial.

Além disso, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê que, em caso de recusa de um sindicato em participar das negociações, a federação ou confederação da categoria pode ser acionada para dar continuidade ao processo, evitando a judicialização imediata.

Para a Firjan, essa questão é de extrema relevância para as negociações coletivas, sobretudo no que se refere à possibilidade de instauração de dissídio coletivo de natureza econômica sem o comum acordo das partes, caso um

sindicato se recuse a negociar.

Ao ingressar como amicus curiae, a Firjan reafirma seu compromisso com a defesa dos interesses das indústrias e de seus sindicatos, buscando a segurança jurídica e o respeito ao princípio da autonomia coletiva nas negociações.

Fonte: Firjan

Contas públicas têm déficit de R\$ 21,4 bilhões em agosto

As contas públicas fecharam o mês de agosto com saldo negativo, resultado total do déficit do governo federal. O setor público consolidado – formado pela União, pelos estados, municípios e empresas estatais – registrou déficit primário de R\$ 21,425 bilhões no mês passado. O valor, entretanto, é menor que o resultado negativo de R\$ 22,830 bilhões registrado no mesmo mês de 2023.

As Estatísticas Fiscais foram divulgadas nesta segunda-feira (30) pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Segundo o BC, nos oito primeiros meses deste ano, o setor público consolidado está com déficit primário de R\$ 86,222 bilhões. Em 12 meses – encerrados em agosto – as contas acumulam déficit primário de R\$ 256,337 bilhões, o que corresponde a 2,26% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

No ano passado, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R\$ 249,124 bilhões, 2,29% do PIB.

Em agosto último, a conta do Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) teve déficit primário de R\$ 22,329 bilhões ante resultado negativo de R\$ 26,182 bilhões em agosto de 2023. O valor contribuiu para a totalidade do déficit das contas públicas consolidadas.

Já os governos estaduais registraram superávit no mês de agosto de R\$ 3,386 bilhões, ante superávit de R\$ 1,831 bilhão em agosto do ano passado. Por outro lado, os governos municipais tiveram resultado negativo de R\$ 2,951 bilhões em agosto deste ano. No mesmo mês de 2023, houve superávit de R\$ 654 milhões para esses entes.

Com isso, no total, os governos regionais – estaduais e municipais – tiveram superávit de R\$ 435 milhões no mês passado contra resultado positivo de R\$ 2,485 bilhões em agosto de 2023. O resultado contribuiu para a redução do déficit do setor público consolidado.

No mesmo sentido, as empresas estatais federais, estaduais e municipais – excluídas dos grupos Petrobras e Eletrobras – tiveram superávit primário de R\$ 469 milhões em agosto, contra superávit de R\$ 866 milhões no mesmo mês de 2023.

Fonte: Agência Brasil

Siquirj realizará, este mês, reunião da Comissão de Recursos Humanos, com o tema de Planejamento Previdenciário

No próximo dia 7 de outubro, às 10h, por meio de videoconferência, através da Plataforma Teams o Siquirj realizará mais uma reunião de sua Comissão de Recursos Humanos, sob a coordenação do Sr. Francisco Vieitez, Diretor de Recursos Humanos da Arlanxeo.

Na ocasião, teremos a apresentação do Sr. João Teixeira, da *Trademark Consultoria de Gestão e Negócios*, sobre a importância da realização de um Planejamento Previdenciário, evitando erros e perdas irreparáveis, seguido de um espaço para reflexões, questionamentos e comentários entre os membros do grupo.

Como sempre, solicitamos que os membros tragam suas sugestões de temas para as próximas reuniões, a fim de que os encontros das Comissões sempre abordem assuntos atuais, objetivos e práticos para o dia-a-dia do setor de recursos humanos de suas empresas.

Caso sua empresa ainda não tenha algum representante participando de nossa Comissão de Recursos Humanos e tenha interesse de indicar alguém, favor entrar em contato conosco através do e-mail: siquirj@siquirj.com.br, informando o contato de e-mail e celular do colaborador para inclusão no *mailing* e no *WhatsApp* do grupo.

Siquirj

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
E-mail: siquirj@siquirj.com.br
Home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2024/2028

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Carlos Roberto da Silva (Vice-presidente)
Alexandre Fagundes de Mattos (Secretário)
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

Suplentes

Rodrigo Simion Hunger
José Rosenberg Furer
Maurício Nogueira Moreira

Conselho Fiscal

Efetivos

Larissa Nascimento Arias
Jorge Luiz Cruz Monteiro
Carolina Simões Tavares

Suplentes

Roberto Pinho Dias Garcia
Wagner Ferreira Borges
Nicolau Pires Lages

Delegados Representantes junto à Firjan

Efetivos

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Isaac Plachta

Suplentes

Carlos Roberto da Silva
Roberto Pinho Dias Garcia